

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2013/2014

Pelo presente instrumento, firmam CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, de um lado o SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA - SINDSUPER- CNPJ Nº 01.573.537/0001-03, e do outro lado, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA - BA, CNPJ Nº 13.071.147/0001-14, neste ato representado por seus Presidentes, JOSUÉ TELES DE ARAÚJO, brasileiro, casado, residente nesta capital, portador do CPF nº. 119.316.715-91 e ADESÔN DA SILVA DE MATOS, brasileiro, casado, residente nesta capital, portador do CPF nº. 700.782.975-91, respectivamente, todos devidamente autorizados por suas Assembleias, nos termos das Cláusulas que seguem, que accitam e mutuamente se obrigam, a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - PISOS SALARIAIS

1) A partir de 1º de março de 2013, fica garantido piso salarial, para funcionários com mais de 90 dias consecutivos na mesma empresa por função, nos seguintes valores:

1. Nas empresas com até 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional:
  - a. R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), para os empregados que exerçam as funções de office-boy, faxineiro, carregador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, entregador, zelador, servente, e o empacotador.
  - b. R\$ 715,00 (setecentos e quinze reais) para os empregados que exercem a função de: caixa, repositor, auxiliar de operações, balconista, auxiliar de serviços Gerais, operador de loja e demais funções.

1.2) Nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional:

- a. R\$ 696,00 (seiscentos e noventa e seis reais), para os empregados que exerçam as funções de office-boy, faxineiro, carregador, empacotador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, entregador, auxiliar de serviço, serventes e similares.
- b. R\$ 759,00 (setecentos e cinquenta e nove reais) para os demais empregados.

### CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL

Os empregados do comércio supermercadista, com salário superior àqueles estipulados como piso salarial da categoria, a partir de 1º de março de 2013, terão seus salários reajustados em 7% (sete por cento), compensando todas as antecipações legais e espontâneas ocorridas no período.

### CLÁUSULA TERCEIRA - SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição não eventual, na mesma função ou cargo de confiança, o substituto passará a receber, a partir do primeiro dia e enquanto durar a substituição, a mesma remuneração do substituído.

### CLÁUSULA QUARTA - QUEBRA DE CAIXA



A título de quebra de caixa, as empresas pagarão, mensalmente, aos seus empregados que exerçam efetivamente a função de caixa, 10 % (dez por cento) do salário mínimo, se o empregado tiver menos de 90 (noventa) dias de tempo de serviço efetivo na mesma empresa e 10% (dez por cento) do respectivo salário para os que possuem tempo de serviço superior.

Parágrafo primeiro: Ficam desobrigadas deste pagamento as empresas que não descontarem de seus empregados às diferenças que ocorrerem no caixa.

Parágrafo segundo: Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade, na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário.

Parágrafo terceiro: Obrigam-se os empregadores a não promoverem desconto do salário dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques por eles recebidos, que tenham sido sustados ou sem provisão de fundos, desde que observadas às normas da empresa.

#### CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA PROVISÓRIA

Com exceção dos empregados admitidos em caráter de experiência e nas hipóteses de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, assegura-se a estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes:

- a. Gestante -80 (oitenta) dias, após a licença maternidade.
- b. Pré Aposentado - Nos 12 (doze) últimos meses que antecedem a data para aquisição do direito à aposentadoria voluntária.

Parágrafo único: O empregado perderá o direito a esta garantia se, ao entrar no período aquisitivo de pleitear a aposentadoria, não o fizer.

- c. Acidente no trabalho e Aux. Doença - De até 30 (trinta) dias após alta médica para os empregados que tenham sido afastados do trabalho por tempo igual ou superior a 06 (seis) meses da Licença previdenciária conforme Lei

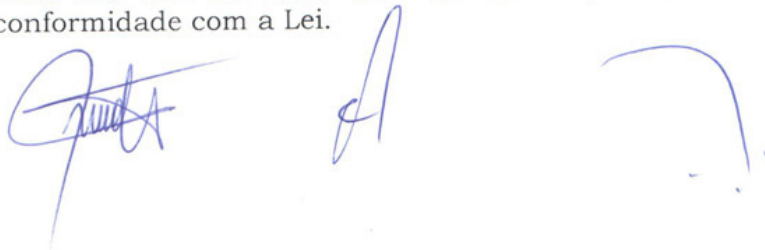
#### CLÁUSULA SEXTA - UNIFORMES

As empresas, na medida em que exigam, fornecerão gratuitamente e anualmente, 03 (três) uniformes aos seus empregados, sendo responsáveis pela regulamentação do uso em serviço devendo ser devolvido na extinção do contrato de Trabalho

#### CLÁUSULA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada do empregado permanece de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias permitidas a compensação da duração diária do trabalho, obedecidas horas exigências e formalidades legais e os seguintes itens:

- A. Às horas acrescidas em um ou mais dias da semana, serão devidamente compensadas, em conformidade com a Lei.



- b. As horas extras do empregado serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento), de acordo com a Lei.
- c. Os empregadores fornecerão, gratuitamente, um lanche aos seus empregados convocados para o trabalho suplementar, com duração superior a 01:30 (uma hora e trinta minutos).

#### CLÁUSULA OITAVA - ADEQUAÇÃO DA JORNADA - COMPENSAÇÃO

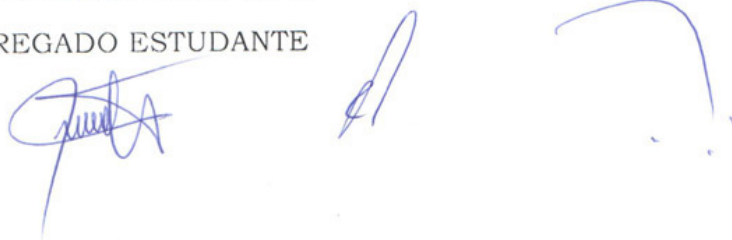
Convencionam as partes, que as horas excedentes da jornada de trabalho diário poderão ser compensadas, mediante concessão de folgas, observando o disposto abaixo:

1. A carga máxima de horas excedentes de trabalho será de 02 (duas) horas diárias e 30 (trinta) horas mensais.
2. As horas excedentes serão compensadas mediante concessão de folgas que serão dadas obrigatoriamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, zerando assim todas as horas extras com o número equivalente de folgas.
3. A concessão de folgas aqui acordadas não impede a obrigatoriedade da folga semanal prevista em lei.
4. A compensação decorrente das horas trabalhadas excedentes da jornada diária, até o limite de 02 (duas) horas, dar-se-á com base na correlação, considerando para cada hora de excesso, 01 (uma) hora de folga.
5. Os empregadores ficam proibidos de dar folga ao empregado no dia em que estiver escalado para o trabalho, salvo se requisitado pelo próprio empregado, e de comum acordo com o empregador.
6. Na hipótese de impossibilidade das empresas cumprirem o acordado no prazo fixado, ficam obrigadas ao pagamento das horas excedentes trabalhadas e não compensadas, acrescidas do percentual constante nesta convenção coletiva, estabelecido para adicional de horas extraordinárias, devendo o pagamento ser realizado, obrigatoriamente, nos 30 (trinta) dias seguintes ao previsto no item 2 desta cláusula, fechando o sistema a cada 30 (trinta) dias, como aqui previsto. Em caso do pagamento não ser realizado no mês seguinte ao período de compensação, as horas extras serão pagas com o adicional de 100% (cem por cento).

#### CLÁUSULA NONA - DIA DO COMERCÍARIO

No ano de 2014 fica assegurada a segunda-feira de Carnaval, substituindo o dia do supermercadista dia 04 de março "DIA DO TRABALHADOR COMERCÍARIO SUPERMERCADISTA", não havendo trabalho para os empregados, sem prejuízo da remuneração ou do repouso semanal remunerado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADO ESTUDANTE



O empregado estudante, estando devidamente comprovada esta condição, gozará das seguintes prerrogativas:

- a. O Empregado estudante quando da sua admissão, devera informar por escrito ao empregador o seu horário de estudo, para não implicar em prejuízo para o Empregador.
- b. Atendidas as conveniências do serviço, as empresas tentarão coincidir as férias do empregado estudante com o período de férias escolares;
- c. serão consideradas justificadas as faltas, sem necessidade de compensação as faltas ao serviço decorrente de exames vestibulares, desde comprovadas e científicas o empregador por escrito , 08 (oito) dias antes

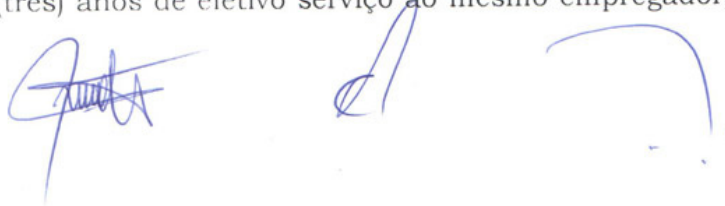
#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO

A rescisão dos contratos de trabalho será regida pelos seguintes princípios:

- a. O empregado que pedir demissão e conceder aviso prévio, desde que já tenha cumprido 1/3 do respectivo prazo, ficará dispensado do cumprimento do restante, na hipótese de, comprovadamente, obter novo emprego, sendo remunerado apenas pelos dias trabalhados.
- b. Desde que solicitada, a empresa fornecerá Carta de Referência, se o empregado não tiver sido despedido por justa causa;
- c. Os empregadores se obrigam a fornecer aos empregados, por ocasião da rescisão contratual, a relação dos salários de contribuição (formulário SB-13) em duas vias.
- d. É assegurado aos empregados com mais de 45 anos de idade, quando dispensados sem justa causa, e que foram admitidos até 28 de fevereiro de 2004, com mais de três anos de efetivo labor para a mesma empresa, um aviso prévio de 60 dias sendo que os 30 (trinta) dias excedentes do legal serão considerados indenizados, não podendo ser utilizados para contagem de avos para férias, 13º salário ou outras vantagens legais, inclusive integração ao tempo de serviço.
- e. As homologações das rescisões contratuais efetuadas no Sindicato se contiverem ressalvas, deverão estar relacionadas no verso do documento rescisório.
- f. OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE VALENÇA - BA deverá homologar as rescisões dentro do prazo estabelecido pela lei, ou fornecer um documento informando que não será possível efetivar a homologação por não ter agenda, estabelecendo uma nova data para homologação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRIÊNIO

A título de gratificação adicional por tempo de serviço, as empresas pagarão aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, 3% (três



no prazo de 20 (vinte) dias, a sua opção, sob pena de efetivação do desconto enfocado.

b) Em favor do SINDSUPER:

As empresas filiadas ao SINDSUPER deverão recolher, até 31 de agosto de 2012, a importância equivalente a 1% (um por cento) da sua folha de pagamento do pessoal do mês de junho de 2012, sendo o mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) e o máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Este valor deverá ser pago através de boleto bancário, enviado previamente pelo SINDSUPER.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LOCAL PARA AMAMENTAÇÃO

As empresas que contarem, por loja, com mais de 40 (quarenta) empregados do sexo feminino, com idade superior a 16 (dezesesseis) anos, obrigam-se a manter local destinado à guarda dos respectivos filhos em idade de AMAMENTAÇÃO, facultado o convênio com creches.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISCRIMINAÇÃO SALARIAL

As empresas fornecerão aos seus empregados recibos de remuneração mensal discriminando todas as verbas. (contra-cheque)

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão reconhecidos pelos Empregadores todos os atestados médicos, desde quando estejam assinados e carimbados pelo Médico emitente, com o respectivo CREMEB, bem o CID correspondente.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - REFEIÇÃO

As empresas que possuem acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional, fornecerão alimentação aos mesmos através do sistema de refeição convênio (ticket de refeição ou alimentação), com valor diário não inferior a R\$ 8,00 (oito reais).

Parágrafo segundo: As empresas que preferirem, poderão, ao invés de fornecer ticket de refeição aos empregados, fornecer esse benefício através de refeitórios, cestas básicas ou de refeições prontas e, neste caso, comprometem-se a fiscalizar a qualidade da refeição servida dentro de padrões nutricionais adequados e suficientes à manutenção da saúde do trabalhador.

Parágrafo terceiro: Para as empresas com até 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional: Fornecerão a título de vale alimentação nos meses de junho e Dezembro de 2013, o valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), sendo que este valor não terá natureza salarial, mas indenizatória.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - EXAMES MÉDICOS

As empresas fornecerão aos seus funcionários cópias dos respectivos atestados de saúde ocupacional (ASO), além de cópias dos exames complementares.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PREVENÇÃO



por cento) do respectivo salário base, limitado cada triênio ao valor equivalente ao de um salário mínimo legal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIVULGAÇÃO

Os Representantes Sindicais, devidamente credenciados, poderão, em dia, hora e local, previamente acordados com as empresas, nelas comparecer para Divulgação de novos sócios.

Parágrafo único: A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIRIGENTES SINDICAIS / REPRESENTANTE SINDICAL

As empresas que tiverem, nos seus quadros, empregados que sejam dirigentes sindicais, terão:

- a) Licenciar apenas 01 (um) por Empresa, uma vez por ano, para participar de cursos, reunião e seminários durante 05 (cinco) dias desde que a Entidade comunique com antecedência mínima de uma semana.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MULTA

Fica estipulada a multa de um piso salarial constante na cláusula 1ª 1, letra "a", desta convenção, para o caso de descumprimento das obrigações de fazer, contidas nesta Convenção, e em caso de reincidência a multa será o dobro do valor, da seguinte maneira:

- a) Cometida por qualquer das entidades convenientes, a multa reverterá em favor da outra.
- b) Se a infração tiver sido cometida por parte das empresas, a multa será revertida em favor de cada empregado prejudicado.

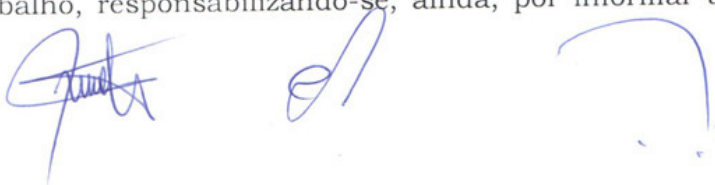
#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TAXA ASSISTENCIAL

- a) Em favor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Valença Ba:

a.1- Os empregadores descontarão dos seus empregados R\$ 8,00 (oito reais) nos meses de maio, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro de 2013, janeiro e fevereiro de 2014.

a.2 - As empresas deverão recolher as contribuições deduzidas dos salários dos empregados e depositar no Banco Bradesco - Agência 3068-6, conta corrente nº 32999-1, ou em formulário próprio, fornecido pelo Sindicato dos Trabalhadores, ou recolher na sua sede, 05 (cinco) dias úteis após a dedução, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e atualização monetária de 3% (três por cento) ao mês, em formulário fornecido pelo Sindicato dos Trabalhadores.

a.3 - O empregado poderá opor-se aos descontos previstos nesta cláusula, devendo para tanto comparecer à sede do seu Sindicato e, em formulário apropriado, manifestar a sua livre intenção, em até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, responsabilizando-se, ainda, por informar à empresa,



O SINDSUPER, em parceria com o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA, compromete-se a realizar campanhas e atividades informativas e preventivas sobre as doenças ocupacionais, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, etc., mediante calendário anual, que deverá ser de conhecimento prévio de todos os envolvidos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - POLÍTICA DE EMPREGO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As partes aqui convencionadas instituem nesta data uma comissão paritária objetivando, em 90 (noventa) dias, a formulação de propostas e projetos para o estabelecimento de uma política de geração de empregos e requalificação profissional no setor.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os empregadores se obrigam a Fiscalizar no interior de suas lojas, empregados de sua ou de outras empresas sem carteira assinada.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SEGURO OBRIGATÓRIO

As empresas concederão seguro obrigatório, por acidente ou morte, para os empregados que transportem valores ou exerçam as atividades de vigia.

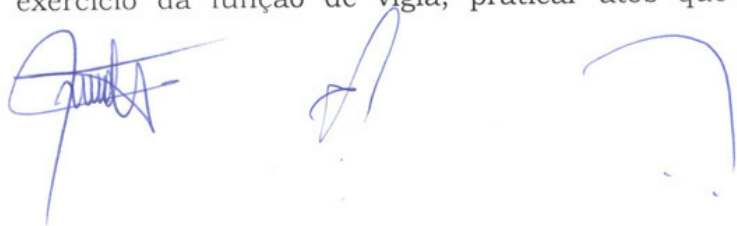
#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS

As empresas não farão descontos nos salários dos empregados quando deixarem de comparecer ao serviço, desde que apresentem documentos que comprovem as seguintes situações:

1. Até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendentes, irmãos, ou pessoa declarada como sua dependente econômica;
2. Até 03 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;
3. Até 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de nascimento do filho;
4. Por 01 (um) dia, a cada 12 (doze) meses, em caso de doação de sangue;
5. Até 02 (dois) dias, em caso de alistamento eleitoral.
6. Assegura-se o direito à ausência remunerada e sem prejuízo nas férias, de 01 dia por ano, ao empregado a fim de levar o filho ou dependente previdenciário de até 10 anos de idade ao médico ou acompanhar o internamento do mesmo, mediante comprovação no prazo de 24 horas.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS VIGIAS

As empresas, através do seu Departamento Jurídico, prestarão assistência jurídica aos seus empregados que, no exercício da função de vigia, praticar atos que levem a



responder ação penal, desde que respeitadas às normas de segurança e de conduta estabelecidas pela empresa.

#### CLÁUSULA VIGESIMA OITAVA - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

As entidades subscritoras dessa Convenção Coletiva de Trabalho reconhecem e incentivam a igualdade de oportunidades para todos, no acesso à relação de emprego ou na sua manutenção, independente do sexo, origem, raça, cor, estado civil, religião e situação familiar.

#### CLÁUSULA VIGESIMA NONA - DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS AOS DOMINGOS

Fica autorizado o funcionamento das empresas nos dias de domingo, nas condições:

Parágrafo primeiro: Os empregados que forem escalados para o labor em dias de domingos, receberão ticket refeição ou alimentação, como mera liberalidade, da seguinte forma:

R\$ 22,00 (vinte e dois reais) nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional.

Parágrafo segundo: As Empresas com menos de 599 (quinhentos e noventa e nove) ficaram isentas do ticket alimentação.

Parágrafo terceiro: O ticket alimentação, concedido nas condições e nos limites definidos nesta Convenção, não possui natureza salarial, e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo quarto: Fica assegurado aos empregados que trabalharem durante o período de funcionamento das lojas aos domingos, a compensação das horas efetivamente trabalhadas na folga da semana subsequente, previamente estabelecida na escala de revezamento.

Parágrafo quinto: Nenhum empregado estará obrigado a trabalhar em 03(três) domingos consecutivos, devendo ser respeitado o interregno de 01(um) domingo de descanso a cada 02(dois) domingos trabalhados consecutivamente, entre os domingos em que houver funcionamento da empresa.

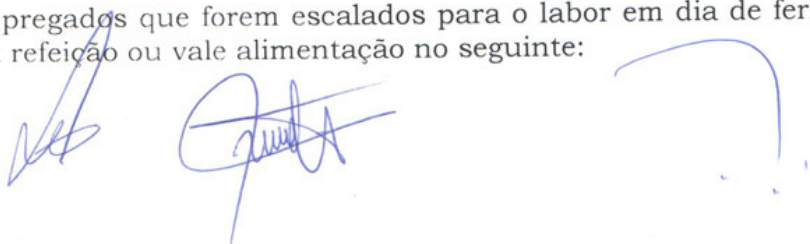
Parágrafo sexto: No caso das lojas situadas nos shoppings centers os supermercados seguirão os horários de abertura dos shoppings.

Parágrafo sétimo: O funcionamento das empresas nos domingos será somente até as 13:00 horas para quaisquer estabelecimentos, independente do número de funcionários.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS NOS FERIADOS

Fica autorizado o trabalho nos feriados municipais, estaduais e federais, com exceção dos dias 01/05/2013, Trabalhador, 25/12/2013, Natal, 01 de Janeiro 2014, Confraternização Universal, nas condições abaixo discriminadas:

Parágrafo primeiro: Os empregados que forem escalados para o labor em dia de feriados receberão a título de ticket refeição ou vale alimentação no seguinte:





a) R\$ 17,00 (dezesete reais) nas empresas com até 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional;

b) R\$ 33,00 (trinta e três reais) nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional.

Parágrafo segundo: O ticket alimentação, concedido nas condições e nos limites definidos nesta Convenção, não possui natureza salarial e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo terceiro: Fica assegurado aos empregados que trabalharem durante o período de funcionamento das lojas nos dias de feriado, a compensação das horas efetivamente trabalhadas em folga a ser concedida no período máximo de 30 dias após o dia do feriado trabalhado, previamente estabelecida na escala de revezamento, sob pena do pagamento da dobra correspondente, na forma da lei.

Parágrafo quarto: O funcionamento das empresas nos feriados será somente até as 13:00 horas para quaisquer estabelecimentos, independente do número de funcionários.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DATA BASE

Fica mantida a data base da categoria para 1º de março, vigorando esta Convenção Coletiva de 1º de março de 2013 até 28 de fevereiro de 2014.

Parágrafo único: As entidades subscritoras desta Convenção poderão, a qualquer tempo, na forma lei, desenvolver negociações sobre as cláusulas aqui convencionadas ou outras condições de trabalho.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em cinco vias de igual teor, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Valença - Bahia, 25 de Março de 2013

  
Josué Teles de Araújo

SINDSUPER - SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA.

  
Luciano Machado Souza

DELEGADO SINDSUPER - SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA.

  
Adesão da Silva de Matos

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA-BA.